ARQUIVAMENTO e determinou a devolução do feito à Promotoria de Justiça de origem, que, após o capeamento com a denominação de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO e procedido os registros de praxe, deverá ser arquivado, conforme o disposto no art. 36, da Resolução nº 007/2019-CPJ e art. 12, da Resolução nº 174/2017—CNMP.

1.5.10. Processo nº 000858-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)
Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo e Allan Gomes Moreira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas fraudes em benefícios previdenciários denunciadas pelo IGEPREV

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e, no mérito, manifestou-se pelo IMPROVIMENTO do Recurso em Notícia de Fato, observadas as formalidades legais.

1.5.11 Processo nº 000572-029/2018

Requerente(s): Raubeny Jader Figueiredo Campos e outros

Requerido(s): Grupo Líder

Origem: 2º PJ de Capanema

Assunto: Apurar possíveis irregularidades decorrentes de alagamentos, retorno de águas sujas e com vestígios de óleo diesel presentes na Rua Joaquim Costa, Bairro Centro, Município de Capanema, ocasionadas pela construção de empreendimento da empresa Grupo Líder

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I,

1.5.12. Processo nº 000055-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Servidores da Secretaria de Estado de Desenv. Agrop. e da Pesca (SEDAP) e Servidores do Instituto de Terras do Pará (ITERPA)

Origem: PJ de Santa Luzia do Pará

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas por servidores do ITERPA e da SEDAP, referente a expedição ilegal de títulos de terra da área da Colônia Pastoral no Município de Cachoeira do Pirá

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I,

1.5.13. Processo nº 000315-182/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de Tucumã

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Sr. Gildásio Julião Lima da Silva, ex-Secretário de Finanças do Município de Tucumã

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.14. Processo nº 000189-200/2019

Requerente(s): Anônimo

Requerido(s): Miriam Moraes Ribeiro Aguiar

Origem: 2º PJ de Direitos Const. Fund. e Def. Pat. Púb. e da Mor. Adm de Ananindeua

Assunto: Apurar a violação, em tese, da Lei n.º 8.429/92, em seu art. 11, caput e inciso I, tendo com investigada Miriam Moraes Ribeiro Aguiar, na época Diretora da E. E. F. Nair Zaluth

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.15. Processo nº 000051-151/2022

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo e Allan Gomes Moreira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas fraudes em benefícios previdenciários denunciadas pelo IGEPREV

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e, no mérito, manifestou-se pelo IMPROVIMENTO do Recurso em Notícia de Fato, observadas as formalidades legais.

1.5.16. Processo nº 000040-151/2022

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas fraudes em benefícios previdenciários denunciadas pelo IGEPREV.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e, no mérito, manifestou-se pelo IMPROVIMENTO do Recurso em Notícia de Fato, observadas as formalidades legais.

1.5.17. Processo nº 000035-151/2022

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros.

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas fraudes em benefícios previdenciários denunciadas pelo IGEPREV

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e, no mérito, manifestou-se pelo IMPROVIMENTO do Recurso em Notícia de Fato, observadas as formalidades legais.

1.5.18. Processo nº 000039-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Polícia Civil do Estado do Pará (PC/PA)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa por parte de Delegado de Polícia que teria extrapolado o prazo de conclusão do Boletim de Ocorrência Circunstanciado n.º 00504/2018.100211-8

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I,

1.5.19. Processo nº 000224-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa por parte de Delegado de Polícia que teria extrapolado o prazo de conclusão do Inquérito Policial nº 271 /2014.001194-0

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I,

1.5.20. Processo nº 000325-125/2018

Requerente(s): Orfina Maia de Lima Monteiro e outros

Requerido(s): Oficina de Autos do Fernando Costa

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém.

Assunto: Apurar suposta prática de poluição sonora perpetrada, em tese, pelo estabelecimento comercial OFICINA ANTÔNIO AUTO CENTER

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I,

1.5.21. Processo nº 000148-200/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Jósimo Marques da Costa Neto

Origem: PJ de Santarém Novo

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa na conduta de falsificação de escritura pública de compra e venda, atribuída à Jósimo Marques da Costa Neto, ex-escrivente substituto do Cartório do Ofício Único da Comarca de Santarém Novo/PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.22. Processo nº 000166-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Mary Elisa Velloso Bastos

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades com relação à acumulação indevida de cargos por parte dos médicos da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, especificamente com relação a Sra. Mary Elisa Velloso Bastos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.23. Processo nº 003598-040/2018

Requerente(s): Aurea da Silva Oliveira

Requerido(s): Empresa ISOESTE

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar a responsabilidade e extensão de supostos danos ambientais, ocasionados em decorrência das atividades desenvolvidas pela empresa ISOESTE, localizada no município de Castanhal/PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I,

Itens 1.5.1 a 1.5.23 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira (relator).

1.6. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

1.6.1. Processo nº 000108-166/2020 – Conselheiro Marcos Antônio das Neves impedido de votar

Requerente(s): Adriano Barbosa do Nascimento

Requerido(s): Secretária de Saúde - Magalhães Barata

Origem: PJ de Magalhães Barata

Assunto: Apurar eventual irregularidade no atendimento médico prestado no Centro de Saúde de Magalhães Barata

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e, consequentemente, pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO dos presentes autos, devendo retornar à Promotoria de Justiça para que lá seja arquivado, cf. Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c art. 37, § 5º da Resolução nº 007/2019 do CPJ.

1.6.2. Processo nº 000357-151/2018 – Conselheiro Waldir Macieira impedido de votar

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM)
Requerido(s): Carlos Alberto Pereira da Cunha, Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL.

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto à prestação de contas da